

 **Mariano David Fabris***

O episcopado argentino e o sindicalismo em tempos de crise econômica e retorno da democracia (1983-1989)

Argentinean bishops and unionism in times of economic crisis and return of democracy (1983-1989)

Na [missa] de domingo à noite, ao chegar o momento das oferendas, a senhora encarregada de levá-las começou a caminhar, mas deu meia volta e entregou uma para Ubaldini e outra para o ministro Casella, o pão e o vinho. Ambos estavam com as oferendas nas mãos e caminharam para entregá-las aos Bispos que presidiam.
Jacinto Luzzi, “Semana social en Mar del Plata”

O objetivo deste artigo é analisar as intervenções da Conferência Episcopal Argentina (CEA)¹ nos conflitos que foram protagonizados pelos sindicatos e pelo governo nacional no período que vai do final da ditadura (1976-1983) até a crise hiperinflacionária de 1989.

A grave situação econômica que atravessou a Argentina após o fim da ditadura constituiu um dos principais desafios que precisou enfrentar o governo democrático de Raúl Alfonsín (1983-1989). O fracasso de sua primeira equipe econômica, encabeçada pelo ministro Bernardo Grinspum, e sua substituição, inauguraram uma nova etapa que o presidente caracterizou, em abril de 1985, como “economia de guerra”. O denominado Plano Austral (junho 1985), ideado pelo segundo ministro da Economia, Juan Sourrille, inicialmente conseguiu reduzir a deterioração dos salários enquanto conseguia frear a inflação. Dois anos depois, era claro que resultava ineficaz

* É professor de História na Universidad Nacional de Mar del Plata (Mar del Plata, Argentina) e pesquisador da Comisión Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas. E-mail: marianofabris76@gmail.com.

¹ Neste artigo é utilizado também o termo “Episcopado”.

para controlar uma nova e sustentada escalada de preços. Outro programa econômico, o Plano Primavera, teve ainda menos sucesso. A escalada em direção a uma situação hiperinflacionária significou o fim do governo e ficou gravada na memória coletiva como o desenlace da economia *alfonsinista*.

Pelo menos até 1988, quando Carlos Menem foi eleito pré-candidato à Presidência da Nação pelo Partido Justicialista (PJ – peronistas), a oposição mais dura aos diferentes ensaios econômicos do governo veio da Confederação Geral do Trabalho (CGT), que assumiu esse papel desde que o governo enviou ao Congresso um projeto de reforma sindical no início de 1984. São lembrados o plano de luta sindical e as 13 greves gerais convocadas pela central operária, de viés peronista, entre 1984 e 1989.

A Igreja Católica não permaneceu alheia à crise econômica e social que vivia o país nem aos conflitos que enfrentava o governo com a central operária. Pelo contrário, desempenhou um papel ativo como mediadora. Entendemos que a CEA visou consolidar uma posição de proeminência na configuração política servindo de intermediária entre os atores em pugna. Da mesma maneira, consideramos que a legitimação da CEA nesse papel foi posta em risco pela proximidade com certos atores – o que negava sua declarada prescindência política – e por ter assumido uma atitude de oposição ao governo em momentos em que se presumia que suas decisões estavam dirigidas a reduzir a presença social e política da Igreja. Finalmente, defende-se que as aproximações com respeito aos sindicatos não derivaram em uma aliança corporativa, como temiam alguns analistas contemporâneos (ver, entre outros, Ezcurra, 1988, e Fernández, 1990).

Identificamos três etapas que ordenam a análise oferecida neste artigo. A primeira abrange o período 1983-1985 e inclui o chamado “serviço de reconciliação” que a CEA iniciou por meio de sua Equipe de Pastoral Social (EPS)², presidida por monsenhor Justo Laguna, no ano de 1983, e a intervenção dos bispos nos conflitos que foram gerados em torno da normalização sindical projetada pelo governo de Alfonsín. A segunda etapa vai de 1985 a 1987 e está enquadrada na implementação do Plano Austral, em junho de 1985, e seu paulatino fracasso. Durante esses dois anos, o trabalho da EPS esteve dirigido pelo arcebispo de San Juan, Ítalo Di Stefano, que desde 1984 – e por meio de mensagens e homilias extremamente críticas – transformou-se

² O EPS é um órgão fundamental do Episcopado porque se encarrega das relações com diversos atores sociais e políticos.

em um férreo opositor ao governo. Finalmente, a última etapa, que coincide com a volta de Justo Laguna à presidência da EPS, iniciou com expectativas favoráveis à recuperação de uma posição de intermediação dos bispos, mas ficou truncada no contexto da acelerada crise econômica que caracterizou a fase final do governo de Raúl Alfonsín.

Antes de iniciar o percurso por essas etapas, é oferecido ao leitor, em particular àquele pouco familiarizado com a Igreja argentina, um perfil do Episcopado no momento da volta da democracia.

A pesquisa que deu como fruto este artigo apoiou-se em um amplo conjunto de fontes secundárias e primárias, incluindo a bibliografia existente sobre o tema, pesquisas prévias, jornais nacionais, publicações católicas, entrevistas e documentos da Igreja. Por meio dessas fontes tentou-se superar os obstáculos impostos à pesquisa por uma instituição fechada, como é o caso da Igreja, e pela dispersão e fragmentação dos poucos materiais disponíveis. Em síntese, considerando que o Episcopado, como ator coletivo, constitui nosso objeto de estudo, seus documentos oficiais, as declarações e homilias dos bispos e a informação que oferecem as publicações católicas constituem os recursos principais.

A Conferencia Episcopal Argentina no último trecho da ditadura: entre a renovação e a tradição

Ao longo do século XX a Igreja Católica constituiu-se como um dos atores centrais da política argentina. Independentemente de que os governos fossem radicais, conservadores ou peronistas, civis ou militares, e apesar dos conflitos que protagonizou, a Igreja conseguiu conservar uma parcela de influência nada desprezível. Apesar de os altos dignitários da hierarquia haverem repetido de maneira recorrente que a Igreja estava além de qualquer opção política e de qualquer expressão partidária, isso não ocultou sua pretensão de transformar-se em fonte de inspiração para o resto dos atores, garantindo assim sua presença social.

Nas vésperas da volta da democracia, em 1983, a Igreja continuava desfrutando desse protagonismo. Nos dez anos prévios tinha conseguido um crescimento institucional relevante, que se expressou na constituição de sete novas dioceses e na ordenação de bispos. Nesse sentido, dos 91 bispos que integravam o Episcopado em 1982, 38 haviam sido ordenados entre 1973 e 1982 – quantidade bastante significativa levando em consideração que

durante esses anos ocorreram 17 mortes. Ou seja, em 1982 havia 21 bispos a mais que em 1973, o que representava 22% do corpo episcopal argentino.

Nesse contexto, também é importante destacar a consolidação de um grupo de bispos na direção da Conferencia Episcopal Argentina. O caso emblemático foi o do arcebispo de Córdoba, Raúl Primatesta, que ocupou a presidência do Episcopado entre 1976 e 1982, a vice-presidência entre 1982 e 1985³ e novamente a presidência a partir desse ano até 1990 (ver Boletín AICA, 1982; AICA, 1992; Esquivel, 2004, p. 313-315). Essa continuidade foi resultado do sucesso alcançado na representação do conjunto dos bispos fora do campo católico e também da capacidade de tornar possível a convivência de visões diferentes dentro do Episcopado, sempre contidas em um marco de união.⁴ Sua permanência não constituiu apenas uma vitória pessoal, mas, ainda mais importante, deixou em evidência a crescente capacidade dos bispos de preservarem a ordem interna desse corpo diante das vicissitudes políticas. Primatesta presidiu a CEA no mesmo período em que no país se sucederam quatro presidentes militares e dois constitucionais, em que se atravessou a etapa de maior violência política do século XX, em que se enfrentaram as consequências da derrota em uma guerra com uma potência estrangeira, houve o retorno da democracia e sofreram-se os efeitos de uma crise econômica praticamente sem precedentes. Além disso, como figura de referência da Igreja, manteve relações fluidas com os governos de turno, interveio em conflitos que não afetavam diretamente o catolicismo – como os levantamentos militares dos anos 1980 – e patrocinou o diálogo entre sindicalistas e empresários. Foi a figura que sintetizou em sua pessoa os giros da Igreja e a acomodação da CEA após os tormentosos tempos pós-conciliares. O arcebispo de Córdoba foi o escolhido para sustentar a idealizada imagem de uma Igreja não contaminada pelas lutas políticas que marcavam os demais atores do poder e foi, assim, um ator central do *aggiornamento* gradual da Igreja, que conduziu através de um mutável contexto político.

³ O presidente nesses anos foi Juan Carlos Aramburu, arcebispo de Buenos Aires desde 1975.

⁴ Tomando definições feitas por Bourdieu e Saint Martín para se referir às funções que assumiam alguns bispos dentro do episcopado francês, podemos afirmar que figuras como a de Primatesta eram vitais para: “manter juntos os contrários, fazer que se comuniquem os inconciliáveis, e no próprio movimento de recusar os excessos e os extremos, em uma dupla negociação que define o *lugar neutro* – e dominante – do campo, de manter-se acima da briga, menos como árbitros que como conciliadores, consagrados por posição tanto como por disposições pessoais para manejar os antagonismos” (Bourdieu e Saint Martín, 2009, p. 136).

Junto com essa consolidação institucional da CEA ocorreram mudanças na linha de pensamento hegemônica. Algumas ideias renovadoras do catolicismo foram incorporadas por meio de uma retradução da Teologia da Libertação que limou suas arestas mais conflituosas. A difícil adaptação esteve a cargo de intelectuais comprometidos com a renovação pós-conciliar, como Lucio Gera, Gerardo Farrell e Alberto Methol Ferré. Suas ideias foram integradas no *Documento de Puebla*, elaborado pelo Conselho Episcopal Latino-americano (CELAM), em 1979, e no documento *Igreja e Comunidade Nacional*, que a CEA deu a conhecer em 1981. Próximos da Teologia da Libertação no final dos anos 1960 e início dos 70, esses intelectuais deram forma ao que foi chamado de Teologia da Cultura ou Teologia do Povo, que envolveu uma leitura renovada do pensamento liberacionista para ser integrada em uma “doutrina” institucional na qual conseguiu se ver refletida, mesmo que não completamente, a maioria dos membros do Episcopado. Eles realizaram aquilo que Bourdieu e Saint Martín entendiam como uma “restauração da ordem simbólica ao preço de um trabalho de retradução e eufemização que permite absorver e neutralizar a novidade disruptiva” (Bourdieu e Saint Martín, 2009, p. 125). Com seu trabalho, transformaram a “contestação herética” em uma “ortodoxia regenerada” (Bourdieu e Saint Martín, 2009, p. 125).

Uma característica comum desses intelectuais foi a utilização da análise histórica como ferramenta para garantir um lugar de proeminência para a Igreja nas sociedades contemporâneas.⁵ Coincidiram em uma definição abrangente de cultura, em cujo centro posicionaram a religião, e na projeção do catolicismo na direção de uma nova era de evangelização. O objeto de suas reflexões foi o *povo*, categoria que, diferentemente da Teologia da Libertação, perdeu seu sentido de oposição às elites para transformar-se em uma noção integradora construída sobre um substrato cultural católico. Quando se pensa na inserção da Igreja no contexto democrático, essa centralidade dada aos valores católicos constituiu, possivelmente, um obstáculo para a aceitação do pluralismo. Contudo, em função da coesão do corpo de bispos, essa mesma fórmula proporcionou um fator de acordo capaz de integrar tradição e renovação. Justamente, o principal êxito dessa corrente veio de sua capacidade de estender pontes entre um pensamento “inovador” e o tradicionalismo católico do qual bebia uma parte dos bispos.

⁵ Segundo Ezcurra, “o argumento histórico é um canal para fundamentar a centralidade do que é católico recorrendo às origens” (Ezcurra, 1988, p. 47).

Os documentos da CEA a partir de 1981 mostraram a influência dessas ideias em uma busca de adaptação aos novos tempos políticos. No contexto argentino, essa busca significou a revalorização da democracia naquilo que foi a demonstração mais evidente das mudanças ocorridas na relação do Episcopado com as Forças Armadas. Levantando a ideia de reconciliação, os bispos apresentaram-se como estando entre os principais artífices da reinstitucionalização do país. O papel mediador assumido pelos membros da CEA ao procurarem aproximar as posturas de militares e representantes civis posicionou a hierarquia eclesástica como referência prioritária na política nacional em uma tentativa de garantir uma harmoniosa reconfiguração dos grupos dominantes.

No novo contexto eclesástico, que ressignificou algumas das ideias pós-conciliares mais progressistas, a projeção da Igreja em uma nova etapa de evangelização respondeu a um projeto que não concebeu a representação dos setores populares como seu dever primordial, mas, pelo contrário, interpeleou o conjunto social e, em particular, os setores dominantes em função da consolidação da presença da Igreja na sociedade e em função de seu próprio crescimento institucional.

A Igreja argentina como artífice da reconciliação social, 1983-1985

Os trabalhos que se preocuparam em compreender o papel político que exerceram a Igreja e o sindicalismo a partir do fim dos anos 70 colocaram que no ano de 1979 ocorreu uma mudança nas relações estabelecidas. Nesse ano, a CEA respaldou o sindicalismo frente à ofensiva do governo militar, decidido a terminar com o protagonismo que os sindicatos tinham desfrutado na configuração política argentina desde os anos do peronismo.⁶

Se esse respaldo outorgado diante da investida do governo militar constituiu um marco fundamental no vínculo entre bispos e sindicalistas, uma das experiências mais relevantes nessa direção surgiu no Centro de Investigações e Ação Social (CIAS), orientado pela Companhia de Jesus. Ali nasceu o Centro de Formação Sindical (CeProSin), que teve como objetivo formar “jovens dirigentes sindicais dos quadros médios, acima das divisões conjunturais do movimento operário organizado” (Luzzi, 1981, p. 24).

Os relatórios do CeProSin e as intervenções de algumas de suas principais figuras provocaram um acelerado processo de aproximação com os dirigen-

⁶ São coincidentes nessa interpretação: Ezcurra (1988, p. 130); Fernández (1990, p. 42); e Ghio (2007, p. 214).

tes sindicais, que conseguiram, inclusive, encontrar no CIAS um espaço de reunião quando a repressão do governo militar tornava perigoso qualquer tipo de encontro.⁷

De qualquer modo, é preciso destacar que essas aproximações com os dirigentes sindicais foram resultado de iniciativas individuais de alguns poucos bispos que se destacaram por seu comprometimento social. É verdade que por seu trabalho e insistência obtiveram o respaldo institucional da CEA para fixar uma postura frente aos projetos do governo militar, mas isso não significou que outras iniciativas na mesma direção encontrassem apoio entusiástico ou que se generalizassem em todas as dioceses.

Em 1981, no documento *Igreja e comunidade nacional*, os bispos sublinharam que não podia haver “democracia política verdadeira e estável sem justiça social” (CEA, 1981, p. 47). Afastado de qualquer voluntarismo democrático, o Episcopado afirmava que a recuperação das instituições democráticas, desejada e necessária, não solucionaria os problemas argentinos se não fosse acompanhada por mudanças socioeconômicas significativas, de urgente resolução em um marco de harmonia social. Em sintonia com isso, em tempos do desmoronamento da ditadura os bispos assumiram o papel de artífices do diálogo para que os dirigentes governamentais, político-partidários, sindicais e empresariais reconstruíssem essa harmonia social. Os documentos que a CEA deu a conhecer nesses tempos ofereceram a imagem de um ordenamento social ameaçado por um conjunto de situações que era necessário resolver para recuperar o equilíbrio perdido. O cenário colocado supunha a exclusão da violência e a busca das mudanças sociais por meio do diálogo e das estruturas naturais da sociedade que permitem a participação, ou seja, “os partidos políticos, os sindicatos, as associações de profissionais e empresários, as cooperativas, assim como outras instituições intermediárias de tipo variado, que expressam a dinâmica social da nossa comunidade” (CEA, 1988c, p. 59).

De qualquer modo, o panorama descrito pelos bispos não era o mais alentador:

A situação econômica e social do país, na qual se encontra o Estado, é muito grave, tanto em seus aspectos técnicos quanto em suas impli-

⁷ Entrevista com Carlos Custer, realizada pelo autor, outubro de 2010.

cações morais (...) Grave processo inflacionário, cargas impositivas excessivas, evasão de leis tributárias, queda na justa participação dos salários na renda nacional, deterioração do investimento produtivo, evasão de divisas para o exterior; suborno para obter licitações ou créditos; indexação indiscriminada e desproporcionada; juros bancários exagerados, intermediação estéril e custosa, obras públicas faraônicas, falam de uma desordem e injustiça na organização dos meios de produção e dos serviços, a nível estatal e privado, de tal magnitude que está muito seriamente em perigo a paz social (CEA, 1983, p. 147).

Em sintonia com a preocupação que despertavam os potenciais efeitos destabilizadores da crise econômica, na terça-feira 30 de agosto de 1983 o EPS informou sobre uma série de reuniões que havia patrocinado com atores políticos, sindicais, empresariais e funcionários governamentais com o fim de encontrar soluções para a situação. Era o encerramento do “serviço de reconciliação” por meio do qual os bispos deram um “âmbito espiritual para o diálogo” (Equipo Episcopal, 1988, p. 161).

Nos meses que precederam o início do “serviço de reconciliação”, o presidente do EPS e bispo de Morón, Justo Laguna, definiu os parâmetros nos quais se desenvolveria essa tarefa reconciliadora: “[N]ão somos participantes da mesa de discussão (...) oferecemos um âmbito espiritual para que os argentinos se reconciliem”, afirmou, uma vez que a Igreja “não pode descer para a palestra política e pode, apenas, iluminar a partir da fé” (Laguna, 1982, p. 3). Mais uma vez, a instituição apresentava-se como alheia ao conflito político, aos interesses parciais, e procurava ocupar seu lugar acima dos outros atores, aos quais pretendia orientar.⁸ Essa lógica de funcionamento da instituição predominou nas relações estabelecidas com o sindicalismo. Em meados de 1983, o EPS intensificou seu trabalho por meio de uma rodada de reuniões com as lideranças da CGT, na época dividida em duas centrais alinhadas por trás das figuras de Saúl Ubaldini e Jorge Triaca.

Como resultado dos encontros com o EPS, os dirigentes sindicais apresentaram de maneira conjunta uma “proposta de recuperação socioeconômica de conjuntura e emergência” na qual exigiram a atualização dos salários de acordo com o custo da cesta básica familiar, a atualização de subsídios

⁸ Isso remete às formas em que a Igreja disfarça suas ambições de poder, como assinalaram Bourdieu e Saint Martín (2009, p. 151).

familiares, a redução de taxas de juro, subsídios aos produtos essenciais da cesta básica familiar, créditos seletivos e limitações aos aumentos tarifários nos serviços. Além disso, solicitaram a normalização sindical e a devolução da CGT e das obras sociais (La propuesta, 1983, p. 3). A proposta mereceu um forte respaldo por parte dos bispos do EPS, que declararam que compartilhavam dela e a faziam sua. Ao mesmo tempo, levariam a proposta à Multipartidária⁹ e aos setores empresariais, “demandando apoio para exigir do governo nacional sua imediata implementação e entrada em vigência” (Elabora, 1983, p. 3).

Com esse aval, o EPS levou o Episcopado a caminhar pela estreita linha que o separava das opções políticas concretas e, ao mesmo tempo em que reforçou sua identificação com a central operária, pôs em risco a imagem de neutralidade que a CEA buscava assumir. Para alguns dos atores que observavam atentamente essas gestões, como o governo militar ou os partidos políticos, os bispos tinham dado um passo comprometido demais e não demoraram em apontar isso. Inclusive dentro da CEA, e do catolicismo argentino em geral, levantaram-se vozes questionando aquele compromisso. Em resposta, Laguna esclareceu que a Igreja somente fazia sua “a causa da justiça social, mas não um determinado plano de medidas concretas, porque as questões técnicas não entram em sua missão”. Monsenhor Rodolfo Bufano, também membro do EPS, garantiu que as propostas entregues “não dizem mais do que o mínimo e elementar para solucionar um pouco o problema de tantos trabalhadores”, e que por isso haviam decidido dar seu aval a elas (Confirmó, 1983, p. 2). Apesar disso, para o jornal *Clarín* não restava dúvida: tratava-se de uma proposta eclesiástico-sindical (Los obispos, 1983, p. 8). Finalmente, os bispos apresentaram a proposta ao governo e aos partidos da Multipartidária, que a receberam sem muito entusiasmo.

De certo modo, esse “serviço de reconciliação” expôs as diferenças que separavam as lideranças políticas, empresariais e sindicais. Por isso, após reunir-se com cada setor o Episcopado também apresentou ao governo uma variedade de propostas elaboradas pelos partidos políticos e pelos grupos empresariais.

⁹ A Multipartidária foi criada em meados de 1981 e era composta por: Unión Cívica Radical, Partido Justicialista, Democracia Cristiana, Movimiento de Integración y Desarrollo e Partido Intransigente. Tratou-se de um acordo mínimo entre esses partidos em função da reinstitucionalização do país. Contudo, sua falta de liderança acentuou-se com a morte de Balbín, em 1981.

Com o triunfo de Raúl Alfonsín nas eleições de outubro de 1983 abriu-se um período de incerteza para o movimento operário organizado. Não havia sinais favoráveis a uma rápida recuperação do protagonismo que os sindicatos tinham desfrutado antes do golpe de estado de 1976. O novo governo democrático nutriu-se de um discurso rupturista, sustentado em uma crítica à configuração política que proporcionava um amplo espectro de participação aos dirigentes sindicais – e que sintetizou a denúncia de um “pacto sindical-militar” para condicionar a transição – e defendeu a necessidade de depurar o sistema político das intervenções corporativas que o tinham enfraquecido nas décadas anteriores e, particularmente, durante o último governo peronista (1973-1976).¹⁰

Nesse marco, o novo governo anunciou o projeto de normalização sindical conhecido como projeto “Mucci”, em alusão ao primeiro ministro do Trabalho do governo radical, Antonio Mucci. Diante da situação irregular em que se encontravam os grêmios após a ditadura, o governo propôs não apenas ordená-los mas também “modificar os critérios e métodos de seleção das lideranças que estavam vigentes nos estatutos gremiais” (Palomino, 1987, p. 179). A proposta representou o espírito democratizador que predominava naquele momento, sem ser alheia, por isso, a um cálculo político segundo o qual a consolidação do governo de Alfonsín dependia de sua capacidade e velocidade para submeter as corporações. A proposta de normalização garantia a participação das minorias na condução, o voto obrigatório e secreto, o mandato de três anos com uma única possibilidade de reeleição e, além disso, estabelecia que para o processo normalizador não era necessário o requisito de antiguidade na atividade dos candidatos (Senén González e Bosoer, 2009, p. 233).

A hierarquia eclesiástica respaldou a postura sindical por meio de um comunicado que recuperou definições realizadas em 1979 frente à lei sancionada pelos militares e afirmou que “os trabalhadores têm o direito de conferir às suas associações profissionais a estrutura e organização que julgarem mais idôneas”. Acrescentava que era preciso deixar que os trabalhadores decidissem livremente as características dessas associações “incluindo a opção pela pluralidade ou pela unidade sindical, sem imposições privadas ou oficiais” (Boletín AICA, 1984, p. 2; Difunden, 1984, p. 3).

¹⁰ Para uma análise minuciosa do discurso *alfonsinista* ver Aboy Carlés (2001).

No meio de um crescente confronto entre a CGT e o governo, o “projeto Mucci” foi aprovado na Câmara de Deputados em fevereiro de 1984, mas não no Senado (Aprobóse, 1984; El rechazo, 1984)¹¹. A derrota governamental determinou a sorte do ministro, que renunciou em abril de 1984 e foi substituído por Juan Manuel Casella.

A mudança de figuras no Ministério do Trabalho constituiu um gesto contundente para a distensão do enfrentamento governo-CGT e abriu um espaço para que novamente o EPS recuperasse a posição de intermediário assumida nos últimos tempos da ditadura. O exemplo mais claro da nova situação foi a reunião que tiveram os ministros de Economia, Bernardo Grinspum, e do Trabalho, Juan Manuel Casella, com os secretários gerais da CGT unificada, Saúl Ubaldini, Osvaldo Borda, Alberto Triaca e Ramón Baldassini (Gobierno-CGT, 1984, p. 5; Uranga, 1984, p. 2). O encontro foi realizado em uma paróquia do chamado *conurbano bonaerense* e conduzido pelo sacerdote Antonio Maggi, assessor espiritual de Ubaldini. Participou também monsenhor Rodolfo Bufano. A partir desse encontro foi acordada uma rápida normalização, uma vez que, como defendeu Bufano, “ambas as partes [governo e sindicatos] perceberam que é preciso chegar a acordos básicos e deixar para mais adiante a discussão de outros temas relacionados com a lei gremial”.

A nova situação despertou expectativas positivas nos bispos. Em um contexto de enfrentamentos irredutíveis e de polarização exacerbada, torna-se mais difícil sua intervenção e fica em risco sua autorrepresentação como ator que se mantinha acima dos conflitos, uma vez que qualquer passo nesse cenário dicotômico podia ser interpretado na lógica do enfrentamento político que tanto evitavam os prelados.¹²

No documento “Construamos todos a Nação” (CEA, 1989a), de novembro de 1984, os bispos reconheceram a existência de uma situação econômica preocupante, relacionada “com o contexto mundial, com o crítico endividamento, com as sequelas da especulação, da guerra, do consumismo e da endêmica inflação” (CEA, 1989a, p. 210) e insistiram em que a consolidação do sistema democrático dependia da superação desses problemas (CEA, 1989a, p. 211)

¹¹ Para uma análise do processo de normalização sindical ver: Palomino (1987) e Sangrilli (2008).

¹² Esse perigo, sempre latente, foi evidente em 1986, quando, em meio à discussão sobre o divórcio, foi a própria Igreja que assumiu a defesa de suas prerrogativas em um enfrentamento com o governo e vários bispos tiveram a tentação de aproximar-se do sindicalismo em chave de aliança antigovernamental.

A crise econômica ameaçava a harmonia social que o Episcopado buscava preservar. Por isso, sugeria que as queixas dos setores afetados se expressassem dentro dos estreitos limites da “prudência e da sabedoria” para evitar “desequilíbrios maiores, como a agudização de conflitos e a agitação social” (CEA, 1989a, p. 211). O Episcopado assumiu ao longo do mandato de Alfonsín uma postura cautelosa diante das reiteradas medidas de força lançadas pelos sindicatos, para não comprometer sua neutralidade. Mesmo Bufano, o bispo mais próximo à central operária, reconheceu que, embora a proliferação de greves fosse produto de causas concretas que as produziam, também era possível que existisse “alguma política misturada e algumas greves para atingir um interesse político” (Monseñor, 1984, p. 17).

Na primeira Assembleia Plenária do ano de 1985, os bispos realizaram uma descrição muito mais crua da situação econômica. A propósito disso afirmaram:

Preocupa-nos profundamente, assim como a todos os nossos concidadãos, a crise econômica do país, provavelmente a mais grave da nossa história: recessão com inflação sustentada, deterioração do salário real, desemprego, persistência de situações de extrema pobreza e redução da riqueza nacional. Continua a especulação esterilizante. Isso é uma imoralidade que desvirtua a economia, desvinculando-a de seu fim natural, porque impede um verdadeiro processo produtivo. Nesse marco, a inflação desordenada é, ao mesmo tempo, causa e efeito de um sistema econômico, porque desvaloriza o trabalho, causa fundamental da riqueza de um povo, e envilece a moeda de forma que nem o trabalhador nem o produtor são remunerados segundo seus esforços. Tal inflação é um roubo que corrompe as relações entre os homens (CEA, 1989b, p. 48).

Também sublinharam que não podiam aceitar uma economia que “não esteja fundamentada na dignidade do trabalho”, como ocorria em um contexto no qual surgia o “desemprego e [em que] muitos trabalhadores ficam de fato submetidos a intermináveis e esgotadoras jornadas, em um ou mais postos de trabalho indevidamente remunerados”. Na visão episcopal, a superação dessas situações somente seria possível com “a solidariedade de todos os argentinos e a aplicação da mais estrita justiça social” (CEA, 1989b, p. 49).

A gestão de Ítalo Di Stefano no contexto do Plano Austral, 1985-1987

A ação do EPS durante os dois anos transcorridos entre a posta em prática do Plano Austral e seu fracasso caracterizou-se por um deslizamento das posturas equidistantes assumidas até então e por uma aproximação com o

setor sindical. A consequência dessa reorientação foi o aumento das tensões entre a cúpula eclesiástica e o governo radical.

Após a primeira Assembleia Plenária de 1985, o EPS foi renovado. A principal mudança veio com a nomeação de Ítalo Di Stefano para a presidência. Não era um dado menor. Enquanto Laguna era um dos poucos bispos que tinham certa simpatia pelo governo e mantinham uma relação fluida com o presidente Alfonsín, Di Stefano assumiu desde o início da gestão radical uma postura extremamente crítica, especialmente frente aos projetos culturais e educativos que o governo apresentou ao longo de 1984. Portanto, a escolha desse bispo refletiu um endurecimento das atitudes do Episcopado frente ao governo, a qual excedia de longe a questão sindical.

A exteriorização das tensões foi paulatina. A primeira mensagem do EPS durante a gestão de Di Stefano, em momentos em que a CGT desenvolvia uma série de mobilizações que concluíram em uma greve geral, reconheceu a existência de uma grave situação econômica, mas instou a manter o diálogo entre o Estado e as organizações sociais, necessário para a paz social e para a própria democracia (Equipo Episcopal de Pastoral Social, 1989a, p. 64). No comunicado seguinte, de 6 de junho de 1985, o EPS realizou uma avaliação de tom mais crítico. Começou garantindo que “nossa situação social continua sendo difícil, e em muitos aspectos e casos tem ficado mais grave” (Equipo Episcopal de Pastoral Social, 1989b, p. 69) e depois acrescentou que “seriam ilusórios os resultados de uma disciplina econômica sem os princípios éticos que contemplem o homem, em sua totalidade, como seu destinatário” (Equipo Episcopal de Pastoral Social, 1989b, p. 70).

Di Stefano falou de operários e empresários como vítimas que se esforçavam por sobreviver e conservar as fontes de trabalho. Ressaltou que o principal era combater a inflação e que, para isso, era importante atrair investimentos e recuperar os capitais argentinos para potencializar a produção, embora tenha se lamentado porque “não existem medidas nesse sentido” (Inquietud, 1985b, p. 13). Dias depois, sua presença no edifício da CGT quando ele foi recuperado por suas autoridades, constituiu um claro gesto de apoio à central operária (Uranga, 1985, p. 18). Fez a visita acompanhado pelo sacerdote Ricardo Maggi, que, além de ser o sacerdote de confiança de Ubaldini, integrava o EPS (Boletín AICA, 1985a, p. 4).

A chegada de Di Stefano à presidência do EPS ocorreu quase em paralelo com o anúncio de um novo plano econômico por parte do governo nacio-

nal. Com efeito, no dia 14 de junho de 1985, o Poder Executivo Nacional apresentou o Plano Austral, que consistiu basicamente em um programa de estabilização destinado a reverter a escalada inflacionária que a primeira equipe econômica, liderada por Bernardo Grinspun, tinha sido incapaz de dominar (Gerchunoff e Llach, 1998, p. 396). Tentando cortar as expectativas de inflação que dominavam as negociações salariais e as definições dos preços dos produtos, o ministro Sourrouille determinou o congelamento de preços, das tarifas de serviços públicos, do tipo de câmbio e dos salários, o gasto e o investimento público contraíram-se, aumentaram alguns impostos do comércio exterior e instaurou-se uma nova moeda, o Austral (Gerchunoff e Llach, 1998, p. 398-399; Azpiazu e Schorr, 2010, p. 83).

A CEA apoiou moderadamente o plano. A Comissão Executiva, “sem entrar em considerações sobre a conveniência de técnicas”, exortou

os dirigentes dos diferentes grupos da comunidade argentina em geral, a considerarem serenamente as novas disposições, somente à luz dos superiores interesses do País, livrando-se, por isso mesmo, tanto quanto as limitações humanas permitem, de toda preocupação exclusivamente partidária ou setorial e apenas sob aquela óptica apresentar ou oferecer as objeções que pareçam pertinentes, porque a gravidade da hora pede a união das vontades e a sincera cooperação no objetivo comum de levar o país adiante (Comisión Ejecutiva, 1989, p. 73-74).

O EPS, por sua vez, entendeu que as medidas abriam “um respeitável marco de confiança e de alívio” (Vencer, 1985, p. 8). De qualquer modo, voltou a afirmar que a luta contra “a inflação não deve cobrar vítimas inocentes (...). Não apenas deve ser vencida a inflação, também devem sê-lo o desemprego e a insegurança” (Boletín AICA, 1985b, p. 10-11). Nessa etapa, o organismo episcopal desenvolveu iniciativas para transformar-se em articulador de amplas convocatórias a dirigentes sindicais e empresários. Em 23 de julho de 1985, o EPS recebeu membros da Associação Cristã de Dirigentes de Empresa (ACDE), o dirigente do Sindicato de Luz e Força, Carlos Alderete, e representantes das Confederações Rurais Argentinas. Ao finalizar a reunião foi feito público um comunicado no qual, após repassar os ensinamentos da encíclica papal *Laborem Exercens* no que se refere à centralidade do trabalho na realização do homem e a necessidade de um justo salário, foi exigido que “todos os setores, empresários, trabalhadores e Estado, se comprometam

na solução solidária dos graves problemas que se apresentam, reativando a produção ao máximo de sua capacidade e distribuindo esse produto com justiça social” (Boletín AICA, 1985c, p. 18). Também participaram nessa reunião representantes da Fundação Laborem Exercens, que se transformou ao longo de 1985 na principal iniciativa de integração entre sindicalistas e empresários com o patrocínio dos bispos.

No início de 1985 começaram a vir a público notícias sobre uma fundação tutelada pelo arcebispo de Córdoba, Raúl Primatesta, cujo nome honrava a encíclica *Laborem Exercens*, dada a conhecer por João Paulo II em 1981. Monsenhor Di Stefano, que já tinha sido eleito presidente do EPS, comprometeu-se com a fundação, fato importante que veio se somar à eleição de Primatesta como presidente da CEA, e redundou em um maior respaldo institucional.

Consequente com os princípios conciliadores entre trabalho e capital da encíclica, a fundação era integrada por empresários – especialmente os agrupados na ACDE – e sindicalistas (Inquietud, 1985a, p. 13). Nos meses que seguiram ao seu surgimento público, as atividades desenvolvidas centraram-se em encontros e retiros espirituais realizados em Córdoba sob a orientação dos bispos. Em maio de 1985, uma delegação integrada pelos dirigentes sindicais Jorge Triaca, Raúl Amin, Armando Cavallieri, Delfor Giménez e Osvaldo Borda foi recebida pela Assembleia Plenária da CEA (Aconsejaron, 1985). Para Triaca, o encontro expressava a “inter-relação entre a máxima hierarquia eclesiástica e a CGT” (Aconsejaron, 1985).

No dia 12 de julho de 1985, Primatesta e Di Stefano receberam no convento El Divino Amor, de Córdoba, um grupo de sindicalistas. Foi uma jornada de “convivência, sinceridade e criatividade”, da qual participaram Triaca, Borda, Delfor Giménez e a cúpula da CGT regional da província. Os sindicalistas solicitaram aos bispos a colaboração da Igreja para lutar contra o avanço do liberalismo “materialista e apátrida” e contra o marxismo “que nada tem a ver com nossos pensamentos” (Boletín AICA, 1985d, p. 2-3). Das conversas mantidas chegou-se à conclusão de que nenhum “dos dois oferece perspectivas para uma esperança do mundo operário, porque essa concepção reduz o homem a uma simples capacidade de produção ou de consumismo” (Reunión, 1985, p. 4).

No fim, uma frase acolhedora de Di Stefano levou tranquilidade aos sindicalistas. Afirmou que os trabalhadores não deviam ser dramáticos nem

pessimistas, mas sim realistas: “realistas porque há problemas e realistas também porque Deus não vai nos abandonar, Deus também tem que estar nesta *patriada*” (Reunión, 1985, p. 4). Essa frase foi repetida por Ubaldini no discurso pronunciado em 29 de agosto, no ato realizado em Buenos Aires como encerramento da greve e mobilização desse dia.

A distância frente ao liberalismo e ao marxismo foi consequente com uma *práxis* destinada a colocar a mensagem cristã como eixo da conciliação entre o capital e o trabalho. Por isso, após o encontro com os trabalhadores, Raúl Primatesta, Estanislao Karlic e Ítalo Di Stefano receberam um grupo de empresários em outra jornada de reflexão, no mês de outubro. Participaram desse retiro representantes dos chamados “capitães da indústria”, dirigentes da Câmara Argentina da Média Empresa (CAME), da Fundação Mediterrânea, da ACDE, das Confederações Rurais Argentinas, da União Industrial de Córdoba e da Associação de Industriais da província de Buenos Aires (Bonelli, 1985, p. 24). Os empresários coincidiram com os bispos na legitimidade do lucro na doutrina católica e na necessidade de modificar o funcionamento do Estado. Ao mesmo tempo, foi levada como mensagem a necessidade de aproximar-se dos setores operários como aliados da produção e de desenvolver uma justa distribuição dos lucros.

Também em outubro, o EPS patrocinou uma ampla reunião com dirigentes empresariais e sindicalistas que, apesar de não ter sido realizada no marco da Fundação Laborem Exercens, inscreveu-se na linha traçada por ela e expôs a preocupação do Episcopado em gerar espaços de interação com o objetivo de afirmar sua presença e vincular as lideranças. Participaram umas vinte instituições de variada índole: houve representantes do Sindicato de Operários da Construção, das Confederações Rurais Argentinas, do Movimento Nacional da Mulher Sindical, da Federação Argentina de Trabalhadores Universitários, da ACDE, da Associação Trabalhadores do Estado, da Confederação Econômica Argentina e da CAME, entre outras. Di Stefano esclareceu que não se buscava dar forma a um espaço político, mas ajudar a encontrar caminhos de esperança (Boletín AICA, 1985e, p. 2). Contudo, sua mensagem final tornou evidente o caráter político destas iniciativas, como também os caminhos escolhidos por uma CEA reticente diante da formação de agrupações sindicais católicas, mas não diante da cristianização das lideranças já existentes:

Queremos ajudar os laicos para que ocupem o lugar que lhes corresponde, uma vez que se não o fizerem, outros ocuparão esses espaços com valores que talvez são diferentes ou opostos aos deles. Os laicos não podem estar ausentes da economia, da educação, da cultura, porque outros aproveitam e deterioram a família, a juventude, a economia, até abranger toda a sociedade argentina (Boletín AICA, 1985e, p. 3).

Antes de que finalizasse 1985, Primatesta, Karlic e Di Stefano foram os anfitriões de um novo “Encontro de Convivência” do qual participaram novamente empresários e sindicalistas (Boletín AICA, 1985f, p. 25). O relatório do encontro insistiu na necessidade de reconciliar ambos os setores com a esperança de superar conflitos e “começar a percorrer o caminho da reconstrução nacional” (Impulsan, 1985, p. 2).

Além das relações estabelecidas por meio da Fundação Laborem Exercens, os contatos da cúpula eclesiástica com a CGT continuaram sendo frequentes nesse período. Contudo, o EPS, presidido por Di Stefano, assumiu certo viés opositor que impediu que se convocassem para a mesa de diálogo os funcionários governamentais, tal como tinha ocorrido nos primeiros meses do governo radical. A possibilidade de que os bispos se transformassem em artífices de encontros tornou-se ainda mais difícil quando os vínculos entre o governo e a CEA entraram em um trilho conflituoso devido ao debate em torno do divórcio.

A fluidez dos laços entre bispos e sindicalistas provocou especulações sobre uma possível adesão da central operária à campanha contra o divórcio. Contudo, os dirigentes sindicais não assumiram uma postura uniforme sobre o tema.

Na primeira Assembleia Plenária de 1986, monsenhor Iriarte, vice-presidente da CEA, e Emilio Ogñenovich, presidente da Comissão Episcopal para a Família, receberam o dirigente sindical Jorge Triaca, que meses antes tinha sido eleito deputado nacional pela corrente interna do peronismo liderada por Herminio Iglesias, e Vicente Leonidas Saadi, senador justicialista por Catamarca e presidente do PJ (El PJ, 1986, p. 2). Embora o conteúdo da reunião não tenha transcendido, a presença de Ogñenovich, encarregado da campanha de “defesa da família” contra o divórcio, fez supor que esse tema tinha sido abordado. Essa presunção foi confirmada mais tarde, quando ambos os legisladores deram firme apoio à postura da Igreja no Congresso. Diferente foi a atitude assumida por Ubaldini, que apesar de seu fervente

catolicismo entendeu que havia “outras situações que devem privilegiar a atitude do movimento operário” (Opinó, 1986, p. 6).

Quando a CEA decidiu levar o conflito sobre a aprovação da lei do divórcio para as ruas e patrocinou mobilizações em diversas cidades, novamente vieram à tona as diferenças entre os sindicalistas. O conselho diretivo da CGT, a partir de uma moção de Ubaldini, resolveu deixar em liberdade de ação os grêmios e os trabalhadores para que decidissem sua participação nos atos contra o divórcio. Ubaldini garantiu que a CGT “não tomou posição como organização, porque isso deve ficar sujeito ao pensamento de cada trabalhador” (La CGT, 1986, p. 7). Alguns sindicatos aderiram à mobilização, entre eles o que agrupava os trabalhadores da indústria plástica, que respondia à liderança de Triaca e, por meio de um comunicado, afirmou:

somente os interesses mesquinhos podem estar contra a família; a pornografia insultante, a drogadicção, a violação ao ser humano e à sua justa vida em dignidade, são o terrível poder de poucos sobre as liberdades constitucionais da democracia das maiorias (La CGT, 1986, p. 7).

Triaca respaldou essas palavras com sua presença na marcha contra o divórcio realizada em Buenos Aires. O comprometimento do dirigente sindical deu sua justa dimensão à visita que tinha realizado ao Episcopado durante a Assembleia Plenária (Manifestó, 1986, p. 3). Além disso, nas cidades de Córdoba, San Miguel de Tucumán e San Juan, foram as regionais da CGT, e não apenas alguns grêmios, que, contrariando o que havia sido decidido pelo Conselho diretivo nacional, aderiram e participaram da marcha (Boletín AICA, 1986a, p. 3-7). Essas circunstâncias poderiam indicar que o crivo não respondeu apenas à postura assumida pelos dirigentes a nível nacional, mas também à configuração relacional que os vinculava à Igreja nas diferentes regiões.

Quando o debate em torno da sanção do divórcio atingiu picos de tensão devido aos duros confrontos entre alguns bispos e dirigentes políticos e governamentais, a presença de Di Stefano no EPS tensionou a situação. Suas declarações adquiriram maior beligerância e tenderam a associar os problemas econômicos e o debate em torno do divórcio. Di Stefano sentenciou em uma homilia que “por trás de toda a cortina divorcista existe uma vontade de postergar ou relegar a segundo plano a solução dos problemas

reais da imensa maioria das famílias argentinas” (Boletín AICA, 1986b, p. 8). Isso se somou a uma longa saga de declarações por meio das quais, a partir de 1984, denunciou a politização das universidades pela ação da Franja Morada – agrupação universitária do radicalismo –, a infiltração marxista na educação, os supostos planos de transformação cultural elaborados nas usinas da Secretaria de Cultura da Nação etc..

Quando, no final de 1986, a campanha contra o divórcio expôs as diferenças que existiam no interior da CEA, a hierarquia eclesiástica procurou atenuar o confronto e isso melhorou as relações com o governo nacional. O poder executivo, o peronismo ortodoxo e os bispos coincidiram em postergar a sanção da lei de divórcio e comprometeram-se a organizar a visita do Papa. Nesse novo contexto esteve inscrita uma das jogadas mais arriscadas do governo: a nomeação do sindicalista Carlos Alderete, do Sindicato de Luz e Força, como novo ministro do Trabalho. Alguns autores já viram nessa nomeação a influência do cardeal Primatesta, que respaldou a agrupação sindical conhecida como “Grupo dos 15”, da qual o novo ministro participava junto com vários sindicalistas comprometidos com a Fundação Laborem Exercens (Ezcurra, 1988, p. 135). Outros autores sugeriram que a nomeação não foi alheia às estratégias ideadas pelo dirigente radical e operador alfonsinista Enrique Nosiglia para fraturar o sindicalismo opositor (Persello, 2007, p. 303). De qualquer modo, não são hipóteses excludentes e é provável que essas circunstâncias tenham confluído na nomeação de um dirigente que havia cultivado contatos fluidos com homens da Igreja, que participou previamente de reuniões convocadas pelo EPS e que, inclusive, participou como expositor da Semana Social em 1986.

Conforme foi dito no parágrafo anterior, no início de 1987, a CEA dedicou todos os seus esforços à organização da visita de João Paulo II, que ocorreu em abril. Tratou-se de uma ocasião propícia para reafirmar o perfil conciliador que a Igreja tentava assumir no contexto político argentino. O encontro do papa com os trabalhadores e com os principais dirigentes sindicais aconteceu em 10 de abril de 1987 e um dia depois foi a vez dos empresários. Foram apresentados pela Igreja como uma continuidade dos retiros espirituais da Fundação Laborem Exercens.

João Paulo II rejeitou rotundamente a luta de classes e alertou contra a excessiva politização ao afirmar que não “podem aceitar que os maiores esforços do associacionismo laboral se tornem estéreis em inoperantes litígios

políticos, que em ocasiões instrumentalizam vossos anseios com o fim de alcançar posições vantajosas” (João Paulo II, 1987a). Respaludou os sindicatos e reafirmou que não eram órgãos meramente reivindicativos e se opôs a “um conformismo redutor que não tenha mais objetivos para o associacionismo laboral que a remuneração monetária e a ampliação do tempo livre” (João Paulo II, 1987a).

Quando, no dia seguinte, encontrou-se com os empresários, distanciou-se das concepções liberais da propriedade privada e referiu-se ao empresariado como “administrador” dos “recursos naturais e dos frutos do trabalho daqueles que os precederam” (João Paulo II, 1987b). O papa lembrou a necessidade de exercer a “justiça distributiva”, a solidariedade e a humanização das relações laborais.

Na segunda Assembleia Plenária de 1987 foram renovadas as autoridades da CEA e das suas diferentes comissões. Di Stefano deixou seu cargo de presidente no EPS. Com sua substituição, com as mudanças operadas na política nacional a partir da derrota do oficialismo nas eleições legislativas e de governadores de setembro e com os inequívocos sinais de esgotamento do Plano Austral, foi encerrada uma etapa durante a qual o Episcopado desenvolveu contatos fluidos com os sindicalistas, mas perdeu sua posição de intermediário acima do conflito político.

A crise econômica e o final do governo de Alfonsín, 1987-1989

A escolha de monsenhor Laguna como presidente do EPS anunciou uma mudança nas relações com o governo. A maior afinidade desse bispo com as autoridades nacionais antecipou novas instâncias de intermediação que, assim como as geradas em 1984, abrissem espaços de diálogo entre o sindicalismo e o governo nacional.

Contudo, as possibilidades de intermediação do EPS caíram diante de uma realidade econômica que se impôs sobre qualquer intenção conciliadora. Por um lado, após a derrota eleitoral do radicalismo, em setembro de 1987, o governo abandonou a política de aproximação com alguns setores sindicais que tinha sido coroada com a designação de Alderete. As tensões com o movimento operário não haviam minguado o bastante para justificar essa jogada de risco que, além disso, tinha ferido de morte o já desenganchado discurso anticorporativo do *alfosinismo*. Por outro lado, os bispos não encontraram muitos incentivos para patrocinar o diálogo com um governo

isolado, posto em xeque por uma multiplicidade de frentes opositoras e que nem sequer retinha um apoio social destacado. Em outras palavras, qualquer especulação política indicava que criticar o governo não teria, no futuro imediato, qualquer custo para a pretendida neutralidade da Igreja. Consequente com essa situação, as diatribes dos bispos contra a administração radical tornaram-se generalizadas e terminaram marcando o ponto de maior enfrentamento nas relações político-eclesiais.

Os prelados intervieram no caótico contexto político e econômico que acompanhou a última etapa de gestão radical, defendendo uma ideia que esteve no horizonte da CEA desde as vésperas do retorno da democracia: a estabilidade institucional não dependia apenas da reafirmação de um conjunto de valores associados à convivência democrática, mas também da reversão das situações econômicas desfavoráveis nas quais se encontrava uma parte importante da população. A crise hiperinflacionária e suas devastadoras consequências confirmaram os bispos nessa ideia que, já em meados de 1988, articulou uma crítica explícita à recorrente tendência dos candidatos e funcionários radicais a se apresentarem como aval da estabilidade democrática.

No início, a mudança na presidência do EPS refletiu-se nas iniciativas de intermediação que a CEA desenvolveu frente à agudização da crise econômica e às exigências do sindicalismo. Diante de novas tensões, que incluíram uma greve de 36 horas, Laguna e Bufano reuniram-se com Alfonsín e com o sucessor de Alderete no Ministério do Trabalho. Segundo Primatesta, participaram para servir, aproximar, “suavizar, emprestar um pouco o ombro e iluminar em tudo o que se pode”. Primatesta acrescentou: “[H]á necessidade de medidas econômicas que os técnicos deverão procurar e descobrir, mas esse trabalho técnico terá que ser dirigido por uma consciência de amor e não simplesmente de ciência” (Primatesta, 1987, p. 2).

O traço mais notável do período foi o aprofundamento da crise econômica e a deterioração do nível de renda dos trabalhadores. A generalização das reclamações, inclusive vindas do Episcopado, isolou, ainda mais, o governo. Se em questões como o divórcio, a política cultural ou a revisão do passado, junto com as críticas de muitos bispos, transformaram outras visões mais tolerantes e inclusive de apoio ao governo, diante da magnitude da crise econômica praticamente nenhum bispo esteve disposto a respaldar as medidas do oficialismo. Em sua LVI Assembleia Plenária, realizada em abril de 1988, a CEA defendeu que, apesar de que “o sistema democrático tem garantido a

vigência do estado de direito, com suas consequentes liberdades [e isto] constitui um bem fundamental que apreciamos em todo o seu valor” (CEA, 1988a, p. 2), era inevitável marcar diferentes fatos preocupantes, dos quais “o mais urgente é o da pobreza crescente”, agravada pela deterioração salarial em um marco de inflação, desemprego e especulação financeira (CEA, 1988a, p. 3).

Os bispos, individualmente, somaram suas vozes no que pareceu um coro de críticas. Joaquín Piña, bispo de Puerto Iguazú, condenou os representantes políticos faltos de honradez e corruptos e denunciou aspectos supérfluos do “gasto público, o luxo das representações oficiais e das viagens presidenciais e das festas” (Boletín AICA, 1988a, p. 18).

Igualmente contundente foi a mensagem do bispo de Orán, Gerardo Sueldo, que afirmou que

já está finalizando a época em que bastava dizer que as instituições do país estão vigentes e funcionando. Ficamos felizes com isto e damos nosso respaldo, porque foi a Igreja Católica a primeira em exigir essa normalização, em 1981. Mas agora chega o tempo em que devemos nos perguntar como estão sendo manejadas essas instituições e quem as está manejando. (...) Não se arruma com discursos ou boas intenções. É uma situação em que não se deve calar mesmo que diante de cada reclamação se corra o risco de que o chamem de ‘desestabilizador’. Talvez com um pouco de ironia possamos dizer “desestabilizador de quê?”, uma vez que não é fácil encontrar algo estável. (...) Quando se trata de salários (...) seria muito bom que chegasse a eles também alguma espécie de ‘democratização’ e proporcionalidade mais justa (Boletín AICA, 1988b, p. 5).

O bispo de Quilmes, Jorge Novak, que tinha recebido de maneira entusiasta o retorno da democracia, expressou em uma mensagem de rádio em meados de 1988 a desilusão que impunha o contexto social. Segundo seu testemunho, “a pobreza vai ganhando espaços e desmotiva a expectativa posta em um regime eminentemente participativo”. Após assinalar as situações recorrentes por que atravessavam as famílias pobres, concluiu: “[N]inguém deixará por causa dessas situações de continuar se pronunciando a favor do regime de participação democrática. Mas a democracia precisa demonstrar sensibilidade social, promoção da solidariedade, equitativa distribuição de cargas” (Boletín AICA, 1988c, p. 17).

Embora alguns bispos tenham entendido que os problemas que enfrentava a sociedade podiam ser solucionados “na medida em que deixemos que

nos iluminem as sábias luzes dos valores espirituais e eternos” (Beladrich, 1988a, p. 14), outros, como Laguna, reconheceram que “não se podem pedir abstrações ao homem comum, que pensa primeiro em suas necessidades mais urgentes” (Beladrich, 1988b, p. 14).

Por ocasião da LVII Assembleia Plenária, os bispos desenvolveram uma crua avaliação sobre a situação do país. O documento *Somente Deus é o Senhor* foi, possivelmente, um dos mais críticos com respeito à gestão governamental que deu a conhecer a CEA desde 1983 e desatou uma incomum resposta de Alfonsín. Os prelados ressaltaram inicialmente que Deus estava por sobre todas as coisas e que a crise argentina tinha uma raiz moral (CEA, 1988b, p. 77-78), uma vez que a razão última era o deslocamento de Deus e sua substituição por novos ídolos:

A idolatria do dinheiro, hoje, em nosso país leva alguns poucos à fartura insolente e ao consumismo asfixiante e a muitos a subornos e negociatas, a prebendas e favores. Ao mesmo tempo, constata-se o escândalo da pobreza e da miséria de grandes setores da população, o desemprego, a perda de uma verdadeira cultura do trabalho (CEA, 1988b, p. 78).

Alfonsín respondeu a esse documento no marco de uma visita da juventude radical em Olivos. Apesar de não ter abandonado o tom protocolar, referiu-se a situações que envolviam a Igreja em atos ilícitos:

Eu sei muito bem que a Igreja diz isso com sentido positivo, porque ela conhece como, às vezes, por cima das lideranças podem ocorrer ilícitos; seria apenas um homem sem honra aquele que possa presumir de que todo o processo do Banco Ambrosiano obedece à política do Vaticano (Alfonsín, 1988, p. 2).

Também mencionou o escândalo da pobreza e as contradições sociais denunciadas pelos bispos. Sobre isso, pediu uma análise das causas, para responder aos ideais de justiça e evitar os desvios ideológicos de muitos que, segundo entendeu, “foram alimentar a guerrilha em diversos países da América Latina ou, por outro lado, ensinar nazismo em algum seminário” (Alfonsín, 1988, p. 3).

Posteriormente, os bispos tentaram baixar o tom da polêmica, sublinhando que não tinham se referido especificamente ao governo. Apesar disso, Jorge Novak pareceu responder à reação governamental quando defendeu que:

a promoção da justiça social, a denúncia da corrupção e do suborno na sociedade exigem da Igreja conhecimento das lacras que corroem como câncer a democracia; liberdade evangélica para não serem acusados de cumplicidade e coragem de proclamar o Evangelho, mesmo que percamos admiradores interessados e falsos amigos (Beladrich, 1988c, p. 16).

Os duros conceitos de Novak, bispo cujo comprometimento democrático não podia ser posto em dúvida, são uma amostra do pessimismo que acompanhou o final do primeiro governo pós-ditadura e do retrocesso de um espírito de época confiado na capacidade transformadora da democracia.

A modo de conclusão

Os vínculos estabelecidos pela CEA e pelos representantes sindicais permitem compreender que entre 1983 e 1989 a Igreja projetou seu lugar na configuração política como mediador alheio aos conflitos. Seu sucesso dependeu do reconhecimento dos demais atores.

Esse papel político e social assumido foi tensionado em seu equilíbrio por iniciativas surgidas do próprio interior da instituição quando, por exemplo, durante o “serviço de reconciliação” o EPS respaldou as reclamações sindicais, inclinando a balança para o lado do movimento operário organizado. Em ocasiões como essa, os representantes governamentais, políticos e alguns bispos apressaram-se a chamar a atenção sobre o desvio que isso significava com respeito ao lugar que a Igreja devia ocupar. Devido a essas e outras iniciativas a imagem de neutralidade sob a qual se apresentava o Episcopado foi questionada.

Essas situações remetem também ao problema da autonomia dos bispos frente à CEA. Sublinhou-se que as mudanças na presidência do EPS incidiram nas relações estabelecidas entre o Episcopado, o governo e os sindicatos. Isso não supõe uma visão ingênua das relações internas da instituição, o que implicaria defender que o perfil assumido pela Igreja depende apenas das pessoas que exercem os cargos. Certamente Laguna e Di Stefano deram um perfil particular ao EPS, o primeiro mais conciliador e o segundo mais combativo frente ao governo. Mas esses bispos não determinaram as estratégias mutantes da CEA. Pelo contrário, na escolha desses homens é possível observar as flutuações nas orientações episcopais. Quando em 1985 os bispos

elegeram como presidente do EPS um prelado de perfil claramente contrário ao oficialismo, elegeram também a faixa em que transitaria a CEA em suas relações com o governo e com os representantes sindicais.

Uma vez que a hierarquia eclesiástica voltou sobre seus passos e escolheu Justo Laguna para se encarregar do EPS, isso apontou para uma busca de distensão e de reposicionamento como intermediário. Contudo, o contexto econômico e político, deteriorado em forma acelerada, estreitou suas margens de ação dramaticamente no que se refere à mediação nos conflitos sociais. A “ilusão democrática” que tinha acompanhado a posse de Alfonsín e com a qual a grande maioria dos bispos nunca havia se mostrado muito identificada (Laguna, s/d), era engolida pela crítica realidade hiperinflacionária. Durante o último trecho da gestão radical tornou-se evidente, com crueza, o fracasso daquela vontade que proclamava que “com a democracia se come, se cura e se educa”¹³.

Referências

- ABOY CARLÉS, Gerardo (2001). *Las dos fronteras de la democracia argentina: la reformulación de las identidades políticas, de Alfonsín a Menem*. Buenos Aires: Homo Sapiens.
- ACONSEJARON los obispos a la CGT encarar sus reclamos con prudencia (1985). *Clarín*, Buenos Aires, 9 mai. Política, p. 8-9.
- AICA - Agencia Informativa Católica Argentina (comp.) (1992). *Guía Eclesiástica Argentina*. Buenos Aires: Aica.
- ALFONSÍN replicó críticas de la Iglesia (1988). *Clarín*, Buenos Aires, 31 out. Política, p. 2-3.
- APROBÓSE em Diputados el proyecto de ley sindical (1984). *La Nación*, Buenos Aires, 12 fev. Política, p. 1.
- AZPIAZU, Daniel & SCHORR, Martín (2010). *Hecho en Argentina: industria y economía, 1976-2007*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- BELADRICH, Norberto (1988a). “Severo análisis de la coyuntura”. *Clarín*, Buenos Aires, 9 ago. Opinión, p. 14.
- _____ (1988b). “Una lección para todos”. *Clarín*, Buenos Aires, 13 set. Opinión, p. 14.

¹³ Trata-se de uma frase de Raúl Alfonsín durante a campanha eleitoral de 1983 que foi utilizada como síntese de sua proposta política.

- _____ (1988c). “Ecos de un debate”. *Clarín*, Buenos Aires, 8 nov. Opinión, p. 16.
- BONELLI, Marcelo (1985). “Apoyo eclesial a la producción”. *Clarín*, Buenos Aires, 11 out. Opinión, p. 24.
- BOLETÍN AICA (1982). Buenos Aires, n. 1340, 26 ago.
- _____ (1984). Buenos Aires, n. 1411, 5 jan.
- _____ (1985a). Buenos Aires, n. 1487, 20 jun.
- _____ (1985b). Buenos Aires, n. 1490, 11 jul.
- _____ (1985c). Buenos Aires, n. 1492, 25 jul.
- _____ (1985d). Buenos Aires, n. 1498, 5 set.
- _____ (1985e). Buenos Aires, n. 1504, 17 out.
- _____ (1985f). Buenos Aires, n. 1514, 26 dez.
- _____ (1986a). Buenos Aires, n. 1542, 10 jul.
- _____ (1986b). Buenos Aires, n. 1549, 28 ago.
- _____ (1988a). Buenos Aires, n. 1636, 28 abr.
- _____ (1988b). Buenos Aires, n. 1637, 5 mai.
- _____ (1988c). Buenos Aires, n. 1643, 16 jun.
- BOURDIEU, Pierre & SAINT MARTÍN, Monique (2009). “La Sagrada Familia: el Episcopado francés en el campo del poder”, em BOURDIEU, Pierre. *La eficacia simbólica: religión y política*. Buenos Aires: Biblos.
- CEA - Conferencia Episcopal Argentina (1981). *Iglesia y comunidad nacional*. Buenos Aires: Claretiana.
- _____ (1983). “Dios, el hombre y la conciencia”. *Boletín de la Arquidiócesis de La Plata*, n. 7-8, p. 104-152.
- _____ (1988a). “Camino de esperanza”. Doc. n. 195. *Boletín AICA*, n. 1632, suplemento.
- _____ (1988b). “Solo Dios es el Señor”, em CEA (comp.). *Documentos del Episcopado Argentino, 1982-1983*. Buenos Aires: Oficina del Libro.
- _____ (1988c). “Principios de orientación cívica para los cristianos”, em CEA (comp.). *Documentos del Episcopado Argentino, 1982-1983*. Buenos Aires: Oficina del Libro.
- _____ (1989a). “Construyamos todos la nación”, em CEA (comp.). *Documentos del Episcopado Argentino, 1984*. Buenos Aires: Oficina del Libro.
- _____ (1989b). “Consolidar la patria en la libertad y la justicia em CEA”, em CEA (comp.). *Documentos del Episcopado Argentino, 1985*. Buenos Aires: Oficina del Libro.

- COMISIÓN EJECUTIVA de la CEA (1989). “Exhortación a los dirigentes de la comunidad argentina em CEA”, em CEA (comp.). *Documentos del Episcopado Argentino*, 1985. Buenos Aires: Oficina del Libro.
- CONFIRMÓ Bufano la reunión con el presidente en Olivos (1983). *Clarín*, Buenos Aires, 12 jul. Política, p. 2.
- DIFUNDEN la opinión eclesial sobre la organización sindical (1984). *Clarín*, Buenos Aires, 2 jan. Política, p. 3.
- EL PJ con los obispos (1986). *Clarín*, Buenos Aires, 20 abr. Política, p. 2.
- EL RECHAZO a la ley gremial (1984). *La Nación*, Buenos Aires, 16 mar. Política, p. 10.
- ELABORA la Iglesia con las dos CGT una propuesta económica (1983). *Clarín*, Buenos Aires, 8 jul. Política, p. 3.
- EQUIPO EPISCOPAL de Pastoral Social (1988). “Dialogo y reconciliación de los argentinos”, em CEA (comp.). *Documentos del Episcopado Argentino*, 1982-1983. Buenos Aires: Oficina del Libro.
- _____ (1989a) Preocupante deterioro de la justicia y la paz, em CEA (comp.). *Documentos del Episcopado Argentino*, 1984. Buenos Aires: Oficina del Libro.
- _____ (1989b). “Los problemas laborales actuales”, em CEA (comp.). *Documentos del Episcopado Argentino*, 1985. Buenos Aires: Oficina del Libro.
- ESQUIVEL, Juan Cruz (2004). *Detrás de los muros: la Iglesia Católica en tiempos de Alfonsín y Menem (1983 - 1999)*. Buenos Aires: UNQUI.
- EZCURRA, Ana María (1988). *Iglesia y transición democrática: ofensiva del neoconservadurismo católico en América Latina*. Buenos Aires: Puntosur.
- FERNÁNDEZ, Arturo (1990). *Sindicalismo e Iglesia (1976-1987)*. Buenos Aires: CEAL.
- GERCHUNOFF, Pablo & LLACH, Lucas (1998). *El ciclo de la ilusión y el desencanto*. Buenos Aires: Ariel.
- GHIO, José María (2007). *La Iglesia Católica en la política argentina*. Buenos Aires: Prometeo.
- GOBIERNO-CGT: habría acuerdo respecto de los sindicatos (1984). *La Nación*, Buenos Aires, 7 mai. Política, p. 5.
- IMPULSAN organismo para la conciliación (1985). *Clarín*, Buenos Aires, 21 dez. Política, p. 2.
- INQUIETUD social de la Iglesia (1985a). *Clarín*, Buenos Aires, 27 abr. Política, p. 13.

- INQUIETUD de la Iglesia por la situación social (1985b). *Clarín*, Buenos Aires, 12 jun. Política, p. 13.
- JOÃO PAULO II (1987a). “La evangelización del mundo del trabajo”, em SECRETARIADO PERMANENTE para la Familia (comp.). *Nos habla Juan Pablo II*. Buenos Aires: CEA.
- _____ (1987b). “Discurso a los empresarios”, em SECRETARIADO PERMANENTE para la Familia (comp.). *Nos habla Juan Pablo II*. Buenos Aires: CEA.
- LA CGT dejó en libertad de acción a los grêmios (1986). *Clarín*, Buenos Aires, 1 jul. Política, p. 7.
- LA PROPUESTA gremial (1983). *Clarín*, Buenos Aires, 12 jul. Política, p. 3.
- LAGUNA, Justo (1982). “Todos debemos ceder algo”. Entrevista concedida a Sergio Rubín. *Esquiú Color*, Buenos Aires, n. 1180, 5 dez. p. 3.
- _____ (s/d). Entrevista. *Red de Archivos Orales de la Argentina*, Buenos Aires, ID n. 164.
- LOS OBISPOS entregaron a Bignone la propuesta de los sindicalistas (1983). *Clarín*, Buenos Aires, 11 jul. Política, p. 8.
- LUZZI, Jacinto (1981). “El sindicalismo argentino hace camino al andar”. *CIAS*, n. 303, p. 7-38.
- _____ (1984). “Semana Social en Mar del Plata”. *CIAS*, n. 335, p. 57- 64.
- MANIFESTÓ la Iglesia en Plaza de Mayo en defensa de la familia (1986). *Clarín*, Buenos Aires, 6 jul. Política, p. 3.
- MONSEÑOR Bufano: “Hay huelgas porque hay causas” (1984). *Esquiú Color*, Buenos Aires, n. 1269, 19 ago. p. 17.
- OPINÓ Ubaldini (1986). *Clarín*, Buenos Aires, 28 jun. Política, p. 6.
- PALOMINO, Héctor (1987). “Los sindicatos bajo el gobierno constitucional: de la confrontación a la alianza”, em NUN, José & PORTANTIERO, Juan Carlos (comps.). *Ensayos sobre la transición democrática en Argentina*. Buenos Aires: Puntosur.
- PERSELLO, Ana Virginia (2007). *Historia del radicalismo*. Buenos Aires: Edhasa.
- PRIMATESTA dijo que la Iglesia procura buscar coincidências (1987). *Clarín*, Buenos Aires, 22 nov. Política, p. 2.
- REUNIÓN de la jerarquía de la Iglesia con gremialistas (1985). *Clarín*, Buenos Aires, 13 jul. Política, p. 4.
- SENÉN GONZÁLEZ, Santiago & BOSQER, Fabián (2009). *Breve historia del sindicalismo argentino*. Buenos Aires: El Ateneo.

SANGRILLI, Carla (2008). “La normalización sindical entre las postrimerías de la dictadura y los comienzos de la democracia (1982-1984)”. Trabalho apresentado nas VII Jornadas del Investigadores del Departamento de Historia, Mar del Plata, UNMDP, 20 e 21 de novembro.

URANGA, Whashington (1984). “Gestión de buenos oficios”. *Clarín*, Buenos Aires, 8 mai. Opinión, p. 2

_____. (1985). “Atenta mirada a la coyuntura”. *Clarín*, Buenos Aires, 18 jun. Opinión, p. 18.

VENCER la inflación y la inseguridad pidió la Iglesia (1985). *Clarín*, Buenos Aires, 7 jul. Política, p. 8.

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar as intervenções da Conferência Episcopal Argentina nos conflitos protagonizados pelos sindicatos e pelo governo nacional entre o final da ditadura (1976-1983) e a crise hiperinflacionária de 1989. Defende-se que o Episcopado procurou consolidar uma posição de proeminência na configuração política sendo intermediário entre os atores em disputa. Contudo, a legitimação da CEA nesse papel foi posta em risco pelas aproximações com certos atores – o que negava sua declarada prescindência política – e por ter assumido uma atitude de oposição ao governo em momentos em que se presumia que suas decisões estavam dirigidas a reduzir a presença social e política da Igreja.

Palavras-chave: Igreja Católica argentina; sindicalismo; governo; democracia.

Abstract

The aim of this paper is to analyze interventions by the Argentinean Episcopal Conference (CEA) in disputes between Unions and the national government between the end of the dictatorship (1976-1983) and the 1989 hyperinflationary crisis. It is argued that the bishops sought to consolidate a position of preeminence in the political configuration by mediating between conflicting actors. However, the legitimacy of the CEA in that role was endangered by its closeness to some of the actors – which denied its declared political detachment – and by its oppositional attitude towards the government at a time when it was assumed that its decisions were aimed at reducing the Church's social and political presence.

Keywords: Argentine Catholic Church; Unionism; government; democracy.

Recebido em 15 de maio de 2013.

Aprovado em 9 de setembro de 2013.